

**MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA**  
**Decreto-Lei nº 77/2005 de 13 de Abril**

O direito à protecção na maternidade e paternidade é reconhecido, constitucionalmente, como valor social eminente e factor primordial de valorização da família.

Esta consagração, a nível constitucional, reflete-se num quadro interdisciplinar em que a intervenção da protecção social se encontra subordinada ao regime jurídico da prestação de trabalho.

A Lei nº 99/2003, de 27 de Agosto, aprovou o Código do Trabalho e foi regulamentada pela Lei nº 35/2004, de 29 de Julho, a qual veio consagrar a possibilidade de ser alargado para 150 dias o período de licença por maternidade e por paternidade, mediante a opção do trabalhador, nos termos estabelecidos no artigo 68º da citada Lei nº 35/2004.

Importa, agora, fixar as normas que permitam o pagamento dos subsídios de maternidade e paternidade durante o período de licença correspondente a 150 dias, o que se concretiza através do presente diploma.

Assim:

Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 198º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1º**

**Alteração ao Decreto-Lei nº 154/88, de 29 de Abril**

Os artigos 9º e 14º do Decreto-Lei nº 154/88, de 29 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis nºs 333/95, de 23 de Dezembro, 347/98, de 9 de Novembro, e 77/2000, de 9 de Maio, passam a ter a seguinte redacção:

**«Artigo 9º**

**Montante dos subsídios de maternidade, de paternidade e por adopção**

1—.....

2—Nas situações em que o beneficiário optar pela modalidade de licença prevista no nº 1 do artigo 68º da Lei nº 35/2004, de 29 de Julho, o montante diário dos subsídios de maternidade e de paternidade é igual a 80% da remuneração de referência.

**Artigo 14º**

**Período de concessão dos subsídios de maternidade, de paternidade e por adopção**

1—.....

2—Nas situações de licença por maternidade e paternidade ao abrigo dos nºs 1 e 3 do artigo 68º da Lei nº 35/2004, de 29 de Julho, o período de concessão dos subsídios corresponde ao tempo de duração das respectivas licenças não remuneradas.»

**Artigo 2º**

**Efeitos da licença por maternidade na Administração Pública**

1—Aos trabalhadores da Administração Pública sujeitos ao regime jurídico da função pública, a licença prevista no artigo 35º do Código do Trabalho é considerada para todos os efeitos legais como prestação efectiva de trabalho, designadamente para efeitos do direito à remuneração por inteiro, de antiguidade e de abono de subsídio de refeição.

2—Os trabalhadores que efectuem a opção prevista no nº 1 do artigo 68º da Lei nº 35/2004, de 29 de Julho, têm direito a 80% da remuneração por inteiro referida na primeira parte do número anterior.

Artigo 3º  
**Produção de efeitos**

Os efeitos do presente diploma reportam-se à data da entrada em vigor da Lei nº 35/2004, de 29 de Julho.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Janeiro de 2005. — *Pedro Miguel de Santana Lopes—Álvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto—António José de Castro Bagão Félix—Fernando Mimoso Negrão.*

Promulgado em 29 de Março de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 31 de Março de 2005.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*

*« Publicado no DR I Série-A Nº 72, de 13 de Abril de 2005 »*